

## **REESTATIZAÇÃO DOS PORTOS? QUAL É O RECADO DO GOVERNO?**

O motivo da inclusão dos portos no Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1996, foi a necessidade de vencer a tenaz resistência interna da máquina estatal e possibilitar a transferência das operações de cais (capatazia) para a iniciativa privada, que até então constituíam monopólio das companhias docas. Num primeiro momento pensou-se também em transferir, para a iniciativa privada, mediante licitação, a título de experiência, a exploração de alguns portos organizados de menor porte; idéia que não vingou, por obra e arte do corporativismo avesso à privatização, com a ajuda de uma emenda de plenário que incluiu, quase que em segredo, os portos na lei que tratou da delegação da exploração de rodovias para estados e municípios.

A privatização das operações de capatazia foi um sucesso, em que pese o critério de maior oferta ter onerado sobremaneira o custo de capital dos terminais arrendados. Nenhum escândalo de corrupção; nenhum embargo impeditivo das licitações; e resultados notáveis quanto a redução de custos e aumento da produtividade, da segurança e da confiabilidade da operação portuária. Mesmo no cais público houve avanços ponderáveis, a despeito de o estado de obsolescência das instalações e equipamentos de propriedade das Docas ter até piorado. Em resumo: a inclusão das companhias docas no PND e o conseqüente afastamento do poder público das operações portuárias foi a melhor coisa que aconteceu no processo de modernização a cargo do Ministério dos Transportes, muito embora tenha sido imposta quase a ferro e fogo pelo mais elevado escalão da República.

Agora, quando o Governo anuncia a retirada dessas companhias do PND, fica a pergunta: qual o verdadeiro propósito? Vale ser dito que nenhum dispositivo legal existente está obrigando o governo a privatizar a gestão das companhias docas, muito embora esteja, ele, livre para fazê-lo quando bem entender. E este é um aspecto ímpar do nosso arcabouço jurídico, a liberdade para escolher o melhor modelo por opção política. Reina inquestionável preocupação no seio do empresariado. Está, o Governo, mandando o recado de que é indesejável qualquer discussão em torno da privatização da gestão dos portos organizados, mesmo como alternativa para certos casos especiais? Estará, o Governo, dando o primeiro passo para uma desastrosa reestatização das operações de capatazia, como parece pretender o delegatário de Paranaguá? É preciso esclarecer. Decorrido o primeiro ano de SEP, vale a pena o governo colocar todas as cartas na mesa para que as empresas saibam onde vamos e como vamos chegar.